



XXIII Encontro de Presidentes e Magistrados das Cortes, Tribunais e Salas Constitucionais da América Latina

Desde o dia 1 até o 3 de junho, o Programa Estado de Direito para América Latina da Fundação Konrad Adenauer, junto com o Supremo Tribunal Federal de Brasil, realizou o Encontro em sua XXIII versão, na cidade de Brasília. Durante o ato inaugural participou a diretora do Programa Estado de Direito, Dra. Marie-Christine Fuchs; a ministra Dra. Cármen Lúcia, presidente do STF, o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Dr. Roberto Caldas; o Ministro do STF, Dr. Gilmar Mendes, e a Dra. Sybille Kessal-Wulf, Magistrada do Tribunal Constitucional Alemão, com uma apresentação sobre o papel das cortes constitucionais nas democracias parlamentares.

Este ano os eixos temáticos da discussão foram: escravidão na modernidade, ética judicial e boas práticas na administração da justiça, o papel dos tribunais constitucionais no combate contra a corrupção e direitos fundamentais, constituição e economia, com reconhecidos especialistas nos temas como moderadores, entre eles Roberta Solis, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, quem apresentou a iniciativa da ONU sobre prevenção desde crime.

Em relação à atual realidade político jurídica da América Latina, o evento desenvolveu-se no tema principal *"Integridade e independência no combate à corrupção: uma visão sobre o progresso da jurisdição constitucional na América Latina"*.

Para reiterar o compromisso do combate contra a corrupção e com a proteção dos direitos humanos, durante o encerramento do XXIII Encontro, os magistrados, juizes e ministros presentes assinaram nove pontos da Declaração de Brasília. O documento sela a visão comum dos tribunais com ética, direitos humanos, moralidade, transparência, capacitação de magistrados, prevenção e combate à corrupção e acesso dos cidadãos à justiça. Os signatários se comprometem também a reforçar a análise de julgamentos de casos de corrupção, a reafirmar o compromisso com a transparência nos atos públicos e a incentivar o uso de linguagem clara e acessível a seus cidadãos.

Assim, os magistrados declaram o apoio dos tribunais, cortes e salas constitucionais de seus países para dar relevância a julgamentos que versem sobre escravidão ou exploração de pessoas ou que atentem contra a dignidade humana. Finalmente, expressaram a importância da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no desenvolvimento dos Direitos Humanos na região.



Participantes

- Marie-Christine Fuchs, directora Programa Estado de Derecho para Latinoamérica KAS
- Cármen Lúcia, presidente Supremo Tribunal Federal de Brasil
- Roberto Caldas, Presidente Corte Interamericana de Derechos Humanos
- Sybille Kessal -Wulf, Jueza Tribunal Constitucional Federal de Alemania
- Pablo Saavedra, Secretario Ejecutivo Corte Interamericana de Derechos Humanos
- Jose Ugazz , presidente de Transparencia internacional
- Cesar Landa, Pontificia Universidad Católica del Perú
- Roberta Solis, Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC)
- José Antonio Dias Toffoli, Vice-Presidente Supremo Tribunal Federal de Brasil
- Mirtha Camacho, Magistrada Tribunal Plurinacional de Bolivia
- Nelson Pozo Silva, Ministro Tribunal Constitucional de Chile
- Luis Guillermo Guerrero, Magistrado Presidente Corte Constitucional de Colombia
- Alejandro Linares Cantillo, Magistrado Corte Constitucional de Colombia
- Fernando Cruz Castro, Magistrado Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia de Costa Rica
- Pamela Martínez Loayza, Magistrada Vicepresidenta Corte Constitucional de Ecuador
- Corte Constitucional
- José Francisco De Mata Vela, Magistrado Presidente Corte de Constitucionalidad de la República de Guatemala
- Neftaly Aldana Herrera, Magistrado Corte de Constitucionalidad de la República de Guatemala
- Jorge Alberto Zelaya Zandaña, Magistrado Sala Constitucional de la Corte Suprema de Honduras
- Lidia Álvarez Sagastume, Magistrada Sala Constitucional de la Corte Suprema de Honduras
- José Francisco Rosales Arguello, Magistrado Presidente Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia de Nicaragua
- José Eduardo Ayu Prado, Magistrado presidente Corte Suprema de Justicia de la República de Panamá
- Luis Ramón Fábrega Sánchez, Magistrado Corte Suprema de Justicia de la República de Panamá
- Eloy Espinosa -Saldaña Barrera, Magistrado Tribunal Constitucional de Perú
- Milton Leonidas Ray Guevara, Magistrado presidente Tribunal Constitucional de República Dominicana
- Víctor Gómez Berger, Magistrado Tribunal Constitucional de República Dominicana
- Rodolfo Ernesto González, Bonilla Magistrado Sala de lo Constitucional de la Corte Suprema de Justicia de El Salvador
- Eduardo Julio Turrel Araquistán, Ministro Suprema Corte de Justicia de la República Oriental de Uruguay